

EMENDA SUPRESSIVA

(À MPV 936/2020)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências



CD/20851.11917-06

Suprima-se o Art. 12 da Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo passa por uma crise sem precedentes em função da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19). Essa crise perpassa o âmbito sanitário, impactando significativamente a economia de diversos países, e como consequência as relações de trabalho.

Nesse sentido, a seara do trabalho deve-se adaptar a essa situação extraordinária, de modo que as empresas e os empregos possam ser preservados mas, ao mesmo tempo, de modo que empregados mantenham seus direitos e suas condições de subsistência.

Acreditamos que, neste momento, a redação do artigo 12 é extremamente prejudicial aos empregados. Não faz sentido que deixemos os trabalhadores mais vulneráveis expostos a negociação individual para negociar a redução de seus salários e jornadas. Propomos, portanto, que se suprima esta possibilidade do texto da Medida Provisória, além de vedar, em outras emendas, a possibilidade de desconto da renda do trabalhador.

Com isto em mente, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Dep. Felipe Rigoni
(PSB/ES)

